



SES TO

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE TOCANTINS

GESTOR EM SAÚDE

EDITAL Nº 001/2026 – SECAD/SES/TO, DE 29
DE JULHO 2026

CÓD: OP-243JL-26
7901183004744

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros	9
2. Tipologia e gêneros textuais	10
3. Ortografia oficial	11
4. Acentuação gráfica.....	11
5. Emprego da pontuação.....	13
6. Classes de palavras e suas flexões	14
7. Estrutura e formação de palavras	22
8. Concordância verbal e nominal	23
9. Regência verbal e nominal.....	25
10. Colocação pronominal	26
11. Emprego do sinal indicativo de crase.....	28
12. Sintaxe da oração e do período	28
13. Coesão e coerência textual	33
14. Significação das palavras.....	34
15. Reescrita de frases e substituição de palavras ou trechos.....	35
16. Correspondência entre tempos e modos verbais	36
17. Redação oficial.....	39

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos	51
2. Razões e proporções; regra de três simples e composta	57
3. Porcentagem.....	59
4. Juros simples e compostos	61
5. Equações, inequações, funções	63
6. Sistemas de equações.....	72
7. Sequências	75
8. Matrizes e determinantes	79
9. Probabilidade; análise combinatória	90
10. Estatística descritiva.....	97
11. Proposições lógicas; conectivos; tabelas verdade; equivalências e negações; argumentação lógica; diagramas lógicos ...	109
12. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico-matemático	113

História e Geografia do Tocantins

1. Processo histórico de criação do estado do tocantins; organização política e administrativa; formação territorial; aspectos demográficos; povos indígenas e comunidades quilombolas; patrimônio histórico, cultural e ambiental; clima; vegetação; relevo; hidrografia; recursos naturais; unidades de conservação; economia do estado; desenvolvimento regional; matriz produtiva; matriz energética.....	117
---	-----

ÍNDICE

Legislação

1. Sistema único de saúde (sus): princípios, diretrizes, organização, regionalização, financiamento e gestão; participação e controle social no sus; conselhos de saúde, conferências de saúde e comissões intergestores	131
2. Constituição da república federativa do brasil de 1988 – capítulo ii da seguridade social, seção ii – da saúde	138
3. Lei federal nº 8.080, De 19 de setembro de 1990	139
4. Lei federal nº 8.142, De 28 de dezembro de 1990.....	151
5. Decreto federal nº 7.508, De 28 de junho de 2011	152
6. Política nacional de humanização	156
7. Política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora	161

Conhecimentos Específicos Gestor em Saúde

1. Estrutura e estratégia organizacional.....	169
2. Cultura organizacional e mudança no setor público	171
3. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada	173
4. Paradigma do cliente na gestão pública	175
5. Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público	178
6. Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo e parcerias entre governo e sociedade.....	180
7. Governo eletrônico	183
8. Transparência da administração pública.....	184
9. Controle social e cidadania	184
10. Novas tecnologias de gestão: reengenharia, qualidade, planejamento estratégico e balanced scorecard	187
11. Tecnologias da informação e comunicação e seus impactos sobre a configuração das organizações públicas e os processos de gestão.....	190
12. Excelência nos serviços públicos.....	193
13. Gestão por resultados na prestação de serviços públicos	197
14. Gestão estratégica de pessoas.....	203
15. Conceito e tipologia de competências	206
16. Conceitos de complexidade da atividade e de espaço ocupacional	207
17. Competência como elo entre indivíduo e organização.....	209
18. Gestão de pessoas por competências; modelo integrado de gestão por competências	210
19. Possibilidades e limites da gestão de pessoas como diferencial competitivo para o negócio	211
20. Possibilidades e limites da gestão de pessoas no setor público	213
21. Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	216
22. Gestão de políticas públicas em saúde	219
23. Auditoria em serviços de saúde	222
24. Lei nº 14.133, De 1º de abril de 2021 (lei de licitações e contratos administrativos).....	223

ÍNDICE

25. Portaria de consolidação gm/ms nº 1, de 28 de setembro de 2017	268
26. Portaria de consolidação gm/ms nº 2, de 28 de setembro de 2017	268
27. Portaria de consolidação gm/ms nº 3, de 28 de setembro de 2017	275
28. Portaria de consolidação gm/ms nº 4, de 28 de setembro de 2017	275
29. Portaria de consolidação gm/ms nº 5, de 28 de setembro de 2017	275
30. Portaria de consolidação gm/ms nº 6, de 28 de setembro de 2017	276

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adção das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

AMOSTRA

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

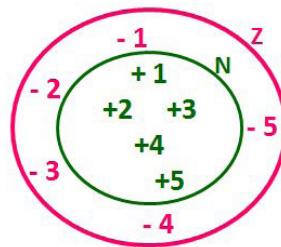


MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS - Z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z^+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^{*+}	Conjunto dos números inteiros positivos
	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^{*-}	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

AMOSTRA

OPERAÇÕES

▪ **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

▪ **Atenção:** O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

▪ **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

▪ **Atenção:** todos os parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, têm o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

1. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

$50 - 20 = 30$ atitudes negativas

$20 \cdot 4 = 80$

$30 \cdot (-1) = -30$

$80 - 30 = 50$

Resposta: A

▪ **Multiplicação:** é uma adição de números/fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

▪ **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

Atenção:

- 1) No conjunto $\mathbb{Z}$, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.

▪ 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS**:

- Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo;
- Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre **negativo**.

Exemplo:

1. (PREF. DE NITERÓI)

Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

▪ **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a *base* e o número n é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

- Toda potência de base positiva é um número inteiro positivo.
- Toda potência de **base negativa e expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa e expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

► Propriedades da Potenciação

▪ **1) Produtos de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

▪ **2) Quocientes de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

▪ **3) Potência de Potência:** Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

▪ **4) Potência de expoente 1:** É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

▪ **5) Potência de expoente zero e base diferente de zero:** É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$



HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO TOCANTINS

PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS; ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA; FORMAÇÃO TERRITORIAL; ASPECTOS DEMOGRÁFICOS; POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS; PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL; CLIMA; VEGETAÇÃO; RELEVO; HIDROGRAFIA; RECURSOS NATURAIS; UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; ECONOMIA DO ESTADO; DESENVOLVIMENTO REGIONAL; MATRIZ PRODUTIVA; MATRIZ ENERGÉTICA

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TOCANTINS, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, TERRITÓRIO E SÍMBOLOS ESTADUAIS¹

► Antecedentes históricos da formação territorial

A formação histórica do Tocantins está ligada ao processo de ocupação e organização do território que, durante grande parte da história brasileira, integrou a área de Goiás. A presença indígena antecede a colonização europeia e constitui elemento essencial para compreender a identidade regional, inclusive na origem de diversos nomes geográficos e manifestações culturais.

A ocupação colonial tornou-se mais intensa entre os séculos XVII e XVIII. Missões religiosas estabeleceram aldeamentos destinados à catequese das populações indígenas, enquanto as expedições em busca de riquezas minerais ampliaram o conhecimento e a ocupação do território. A descoberta do ouro contribuiu para a criação de arraiais e núcleos populacionais que posteriormente originaram importantes municípios, como Natividade, Almas, Arraiais, Porto Nacional e Conceição do Tocantins.

Mineração e reorganização econômica

A mineração exerceu papel relevante durante o século XVIII. O trabalho de africanos escravizados foi empregado intensamente nas áreas auríferas, contribuindo para a formação econômica, social e cultural da região. Com o declínio da produção de ouro no final daquele século, houve enfraquecimento das atividades mineradoras e maior importância da agricultura, acompanhada por períodos de isolamento econômico.

No início do século XIX, surgiram iniciativas voltadas à reorganização administrativa da porção norte de Goiás. A criação da Comarca de São João das Duas Barras, em 1809, relacionou-se à necessidade de estimular o povoamento, o comércio e a navegação nos rios Araguaia e Tocantins.

► Movimentos pela autonomia

Da reivindicação regional à emancipação

A ideia de separar o norte de Goiás desenvolveu-se durante um longo período. Em 1821, Teotônio Segurado esteve ligado a uma tentativa de estabelecer um governo autônomo na região. Embora a iniciativa não tenha consolidado a separação territorial, tornou-se importante referência histórica para os movimentos posteriores.

Durante o Império e a República, diferentes propostas defenderam novas configurações territoriais que incluíam a criação de uma unidade política na região do atual Tocantins. O discurso autonomista permaneceu presente em lideranças políticas, imprensa e organizações regionais.

Em 1956, o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins representou nova etapa dessa mobilização. Lideranças de Porto Nacional, profissionais e entidades locais organizaram ações públicas de defesa da emancipação, promovendo manifestações cívicas e fortalecendo uma identidade política própria.

► Transformações do século XX

A construção de Brasília e a implantação da Rodovia Belém-Brasília ampliaram a integração da região com outras partes do país. A agricultura, a mineração, a extração de madeira e novas atividades comerciais atraíram migrantes, modificaram a ocupação territorial e estimularam o crescimento urbano.

Também ocorreram intensos conflitos agrários, especialmente na região do Bico do Papagaio. Entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, o norte da região tornou-se ainda cenário da Guerrilha do Araguaia.

► Criação do Estado do Tocantins

Constituição de 1988

Na década de 1980, novas propostas legislativas foram apresentadas para a criação do estado. A decisão definitiva ocorreu durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Os principais marcos desse processo podem ser organizados da seguinte maneira:

- **5 de outubro de 1988:** criação constitucional do Estado do Tocantins.
- **1º de janeiro de 1989:** instalação efetiva da nova unidade federativa.
- **Miracema do Tocantins:** capital provisória durante a organização inicial do estado.
- **1º de janeiro de 1990:** transferência da capital para Palmas. Palmas foi concebida como cidade planejada e passou a exercer as principais funções político-administrativas estaduais.

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tocantins>

AMOSTRA

► **Organização política e símbolos**

O Tocantins integra a Federação brasileira e organiza-se institucionalmente por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Executivo é representado pelo governador; o Legislativo, pela Assembleia Legislativa; e o Judiciário, pelo Tribunal de Justiça e demais órgãos competentes.

Entre os elementos de identidade estadual destacam-se a bandeira, o brasão, o Hino do Tocantins e o lema “Co yvy ore retama”, associado à ideia de “Esta terra é a nossa pátria”. O próprio nome Tocantins possui origem indígena e está relacionado ao rio que atravessa o território, reforçando a presença dos povos originários na construção da identidade regional.



Bandeira de Tocantins



Brasão de armas do estado

DIVISÃO POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E REDE URBANA DO TOCANTINS

► **Localização geográfica e limites**

O Tocantins localiza-se na Região Norte do Brasil. Sua criação alterou a configuração territorial brasileira porque a área anteriormente integrava o Estado de Goiás, pertencente à Região Centro-Oeste. A partir da emancipação, o novo estado foi incorporado administrativamente à Região Norte.

Sua posição territorial favorece contato com diferentes áreas do país. O estado possui limites com Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia, funcionando como espaço de articulação entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

► **Organização municipal****Municípios e distribuição territorial**

O território tocantinense encontra-se dividido em 139 municípios. Apesar do elevado número de unidades municipais e da grande extensão territorial, a população distribui-se de maneira desigual.

Palmas e Araguaína são os maiores centros urbanos. Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Araguatins, Guaraí e Tocantinópolis também exercem funções econômicas, comerciais ou administrativas importantes em suas respectivas áreas de influência.

Palmas ocupa posição diferenciada por concentrar funções administrativas estaduais, serviços especializados, atividades comerciais e parte significativa da infraestrutura institucional.

► **Regiões geográficas intermediárias****Grandes áreas de articulação urbana**

A regionalização geográfica permite compreender como os municípios se relacionam com centros urbanos responsáveis por concentrar serviços, comércio e funções de gestão.

O Tocantins apresenta três regiões geográficas intermediárias:

Região geográfica intermediária	Municípios
Palmas	42
Araguaína	65
Gurupi	32

A Região Intermediária de Palmas articula parcela significativa da área central do estado. A de Araguaína apresenta maior número de municípios e exerce influência especialmente sobre o norte tocantinense. A Região Intermediária de Gurupi possui forte importância para a porção sul.

► **Regiões geográficas imediatas**

As regiões intermediárias subdividem-se em onze regiões imediatas. Elas representam relações cotidianas entre municípios e centros urbanos, envolvendo deslocamentos para trabalho, comércio, saúde, educação, serviços públicos e outras atividades.

As regiões imediatas são:

- Palmas.
- Porto Nacional.
- Paraíso do Tocantins.
- Miracema do Tocantins.
- Araguaína.
- Guaraí.
- Colinas do Tocantins.
- Tocantinópolis.
- Araguatins.
- Gurupi.
- Dianópolis.

LEGISLAÇÃO

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, ORGANIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, FINANCIAMENTO E GESTÃO; PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SUS; CONSELHOS DE SAÚDE, CONFERÊNCIAS DE SAÚDE E COMISSÕES INTERGESTORES

O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como base o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Esse marco legal estabeleceu um modelo que visa garantir o acesso universal e gratuito a serviços de saúde, abrangendo desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No entanto, garantir que um sistema dessa magnitude funcione de maneira eficiente não é uma tarefa simples. A gestão do SUS envolve a coordenação de milhares de unidades de saúde, a administração de grandes volumes de recursos financeiros e humanos, além de lidar com as demandas e necessidades de uma população diversa e extensa como a brasileira. Para isso, é essencial que os princípios e diretrizes do sistema sejam observados com rigor, permitindo que a saúde pública atenda suas finalidades com qualidade e equidade.

A gestão do SUS é um tema central para aqueles que buscam compreender como se dá o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil, especialmente no contexto de concursos públicos. Conhecer sua estrutura organizacional, as formas de financiamento, os mecanismos de controle e avaliação, bem como os desafios enfrentados pelo sistema, é fundamental para entender como ele opera e como pode ser melhorado.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por uma série de princípios e diretrizes que orientam sua organização e funcionamento. Esses elementos fundamentais foram estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), com o intuito de garantir que o sistema seja capaz de atender às necessidades de saúde da população de maneira justa e eficaz. A compreensão desses princípios é essencial para entender como o SUS é gerido e como ele busca assegurar o direito à saúde.

► Princípios Doutrinários

Os princípios doutrinários são aqueles que orientam o conceito e os objetivos fundamentais do SUS. Eles estabelecem as bases éticas e filosóficas que guiam a prestação de serviços de saúde no Brasil. Os três principais princípios doutrinários do SUS são:

Universalidade:

Esse princípio determina que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou localização geográfica. A universalidade implica que o SUS deve estar disponível para todos, sem discriminação, garantindo a saúde como um direito humano básico.

Integralidade:

A integralidade refere-se à oferta de cuidados de saúde de forma completa, ou seja, levando em conta todos os aspectos das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse princípio visa garantir que os serviços prestados não sejam fragmentados, mas abordem as diversas dimensões da saúde, desde a prevenção até a reabilitação, considerando o indivíduo como um todo.

Equidade:

Diferente de igualdade, a equidade implica que os recursos e serviços de saúde devem ser distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. A ideia é que aqueles que mais necessitam de cuidados, como populações vulneráveis, tenham prioridade no acesso aos serviços. Isso busca corrigir as desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde.

► Diretrizes Organizativas

Além dos princípios doutrinários, o SUS é organizado de acordo com diretrizes que orientam como o sistema deve ser estruturado e gerido em todo o território nacional. Essas diretrizes garantem que o SUS funcione de forma eficiente, descentralizada e participativa. As principais diretrizes organizativas são:

Descentralização:

A descentralização tem como objetivo distribuir as responsabilidades pela gestão do SUS entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Isso permite que as decisões sejam tomadas mais próximas da população, levando em conta as necessidades locais. A descentralização fortalece a autonomia dos estados e municípios na organização dos serviços de saúde.

Regionalização:

O princípio da regionalização implica que os serviços de saúde devem ser organizados de maneira a garantir a articulação entre os diferentes níveis de complexidade, desde a atenção básica até os serviços de alta complexidade. A regionalização permite que as redes de atenção à saúde sejam organizadas por regiões, de forma a otimizar os recursos e evitar a duplicação de serviços, garantindo acesso eficiente e contínuo.

AMOSTRA

Hierarquização:

A hierarquização complementa a regionalização, definindo que os serviços de saúde devem estar organizados em níveis de complexidade, desde a atenção primária até os cuidados especializados. A ideia é que o paciente seja inicialmente atendido na atenção básica, que funciona como porta de entrada, e seja encaminhado, conforme a necessidade, para outros níveis de atendimento.

Participação Social:

A participação da população na formulação e controle das políticas públicas de saúde é um dos pilares do SUS. Por meio dos conselhos e conferências de saúde, a sociedade tem o direito de influenciar e fiscalizar a gestão do sistema. Isso garante maior transparência e adequação das políticas de saúde às reais necessidades da população.

► A Importância dos Princípios e Diretrizes para a Gestão do SUS

Os princípios e diretrizes do SUS não são apenas orientações abstratas, mas sim elementos que influenciam diretamente a gestão do sistema. A universalidade, por exemplo, impõe desafios para garantir que o sistema cubra toda a população de forma eficaz, enquanto a integralidade exige que os gestores pensem no atendimento de saúde de forma ampla, englobando todos os aspectos do bem-estar físico e mental.

A descentralização, regionalização e hierarquização, por sua vez, são diretrizes que impactam diretamente a organização dos serviços de saúde, tornando a gestão um processo complexo e dinâmico. A descentralização, por exemplo, exige uma coordenação eficaz entre as três esferas de governo, enquanto a regionalização e a hierarquização demandam um planejamento cuidadoso para garantir que os recursos e serviços sejam distribuídos de maneira equilibrada e eficiente entre as diferentes regiões e níveis de atendimento.

Por fim, a participação social é uma ferramenta poderosa de controle e aprimoramento da gestão, permitindo que a população atue diretamente na formulação e na fiscalização das políticas de saúde. A presença dos conselhos de saúde em todos os níveis de governo é um exemplo concreto de como a gestão do SUS pode ser mais transparente e democrática.

Com base nesses princípios e diretrizes, a gestão do SUS busca alcançar o equilíbrio entre a oferta de serviços de saúde, a eficiência na alocação de recursos e a garantia dos direitos dos cidadãos, sempre respeitando as características e necessidades específicas da população brasileira.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SUS

A estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS) foi concebida para garantir que os serviços de saúde cheguem de maneira eficiente e organizada a todos os brasileiros, respeitando a grande diversidade regional e as particularidades das necessidades de saúde da população.

Para isso, o SUS adota uma estrutura descentralizada e integrada, com responsabilidades compartilhadas entre os governos federal, estadual e municipal. Esse modelo busca equilibrar a coordenação central com a autonomia local, promovendo uma gestão mais próxima das realidades regionais.

► Níveis de Gestão: Federal, Estadual e Municipal

A organização do SUS está baseada em três níveis de gestão: federal, estadual e municipal. Cada um desses níveis tem responsabilidades específicas, porém interdependentes, para garantir o funcionamento do sistema de forma articulada.

Nível Federal:

O Ministério da Saúde é a instância central da gestão do SUS em nível federal. Ele é responsável por formular políticas públicas de saúde, definir diretrizes nacionais, financiar boa parte das atividades e serviços do SUS e coordenar ações de saúde pública em âmbito nacional. Além disso, o Ministério da Saúde supervisiona a execução dos programas de saúde e é responsável pela distribuição de recursos financeiros aos estados e municípios. Também coordena campanhas nacionais de saúde, como vacinação, e regulamenta a atuação das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Nível Estadual:

As Secretarias Estaduais de Saúde atuam como intermediárias entre o Ministério da Saúde e os municípios. Elas têm a responsabilidade de organizar a rede estadual de saúde, coordenando os serviços de média e alta complexidade, como hospitais regionais e unidades especializadas. Além disso, as secretarias estaduais colaboram com a gestão dos recursos destinados às regiões e supervisionam a aplicação das políticas de saúde nos municípios. Os estados também desempenham um papel crucial na regionalização dos serviços de saúde, organizando redes de atenção que integram municípios dentro de regiões específicas.

Nível Municipal:

No nível municipal, as Secretarias Municipais de Saúde têm a responsabilidade pela gestão direta dos serviços de saúde na atenção básica, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e programas de saúde da família. Os municípios são os responsáveis mais próximos da população, coordenando ações de promoção, prevenção e assistência à saúde. A descentralização permite que as secretarias municipais adaptem as políticas de saúde às realidades locais, o que pode garantir uma maior eficiência e eficácia no atendimento às necessidades específicas da população.

MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO: A COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE (CIT)

A gestão descentralizada do SUS demanda um alto nível de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal. Para garantir essa coordenação, foi criada a Comissão Intergestores Tripartite (CIT). A CIT é um espaço de negociação permanente entre as três esferas de governo, onde são discutidas e pactuadas as responsabilidades e as diretrizes que orientam a execução das políticas de saúde.

A CIT é composta por representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). A principal função dessa comissão é garantir que as decisões sobre a gestão do SUS sejam tomadas de forma

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESTRUTURA E ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

FUNDAMENTOS DA ESTRUTURA E DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

► Conceito de estrutura organizacional

A estrutura organizacional corresponde ao modo como responsabilidades, autoridade, atividades, fluxos de comunicação e mecanismos de coordenação são distribuídos dentro de uma organização. Ela define como o trabalho é dividido, quem responde por determinadas decisões, como as unidades se relacionam e de que forma os recursos são organizados para alcançar os objetivos institucionais.

A estrutura não se resume ao organograma. O organograma representa formalmente posições e vínculos hierárquicos, mas a estrutura efetiva também envolve processos, relações informais, sistemas de informação, rotinas de coordenação e mecanismos de integração entre áreas. Em organizações públicas, essa estrutura é fortemente influenciada por normas, competências legais, níveis de governo, regras de responsabilização e exigências de controle.

Uma estrutura pode ser mais centralizada ou descentralizada, mais vertical ou horizontal, mais funcional ou orientada por processos, projetos, territórios ou públicos atendidos. Cada configuração produz efeitos sobre velocidade decisória, especialização, integração e capacidade de resposta.

► Conceito de estratégia organizacional

A estratégia organizacional corresponde ao conjunto de escolhas que orienta a direção da instituição, define prioridades e organiza recursos para alcançar resultados ao longo do tempo. Estratégia envolve decidir o que é prioritário, quais capacidades precisam ser desenvolvidas, quais recursos serão mobilizados e como a organização responderá a mudanças do ambiente.

No setor público, a estratégia deve estar conectada à missão institucional, às políticas públicas, às necessidades sociais e aos limites jurídicos e orçamentários. A definição estratégica não pode se restringir a metas internas, porque a legitimidade da organização depende de sua capacidade de produzir valor público e responder às demandas coletivas.

A formulação estratégica envolve análise do ambiente externo, avaliação das capacidades internas, definição de objetivos e escolha de caminhos de ação. A execução depende da tradução desses objetivos em processos, responsabilidades, recursos, indicadores e mecanismos de acompanhamento.

Relação entre estrutura e estratégia

Estrutura e estratégia são interdependentes. A estratégia define prioridades e exige determinados arranjos organizacionais, enquanto a estrutura condiciona a capacidade de executar as decisões estratégicas.

Uma organização que pretende ampliar integração entre serviços, por exemplo, pode encontrar dificuldades se sua estrutura estiver excessivamente fragmentada em unidades isoladas. Da mesma forma, uma estratégia de inovação pode ser prejudicada por estruturas muito centralizadas, com baixa autonomia operacional.

A coerência entre estrutura e estratégia é essencial. Quando há desalinhamento, objetivos estratégicos podem permanecer apenas formais, sem capacidade real de implementação.

PRINCIPAIS MODELOS DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

► Estrutura funcional

A estrutura funcional organiza a instituição de acordo com especialidades ou funções. Áreas como planejamento, finanças, recursos humanos, tecnologia, assistência e logística são separadas segundo competências específicas.

Esse modelo favorece especialização, padronização e desenvolvimento técnico. Profissionais com competências semelhantes são agrupados, o que facilita supervisão e formação de conhecimento especializado.

Entretanto, estruturas funcionais podem produzir isolamento entre áreas. Cada unidade tende a priorizar seus próprios objetivos, dificultando integração de processos que atravessam diferentes setores.

As características mais frequentes desse modelo podem ser organizadas da seguinte forma:

- **Especialização técnica:** concentração de competências semelhantes em unidades específicas.
- **Clareza de autoridade:** definição relativamente nítida de chefias e responsabilidades.
- **Padronização:** maior facilidade para estabelecer procedimentos uniformes dentro de cada função.
- **Risco de fragmentação:** dificuldade de coordenação entre áreas com objetivos e linguagens diferentes.

AMOSTRA

► Estruturas divisionais, matriciais e por processos

A estrutura divisional organiza a instituição segundo produtos, serviços, territórios ou grupos de usuários. Esse modelo permite maior foco em resultados específicos e pode aumentar a autonomia das unidades.

A estrutura matricial combina dois critérios de organização, como função e projeto. Um profissional pode responder simultaneamente a uma chefia funcional e a uma coordenação de projeto. Essa configuração favorece integração, mas exige clareza para evitar conflitos de autoridade.

A estrutura orientada por processos organiza o trabalho a partir do fluxo necessário para entregar determinado resultado. O foco deixa de estar apenas nas unidades administrativas e passa a considerar a sequência de atividades que atravessa diferentes setores.

Aplicação em organizações públicas de saúde

Na saúde pública, estruturas funcionais convivem frequentemente com mecanismos territoriais, assistenciais e por linhas de cuidado. Unidades podem ser organizadas por especialidade, nível de atenção, território ou tipo de serviço.

Uma estrutura exclusivamente funcional pode dificultar continuidade do cuidado quando cada setor atua de forma isolada. Por isso, mecanismos de integração são essenciais para articular atenção primária, serviços especializados, hospitais, laboratórios e demais componentes da rede.

A estrutura adequada depende da complexidade do serviço, do território atendido, do volume de usuários e das responsabilidades institucionais.

FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

► Análise estratégica e definição de prioridades

A formulação estratégica exige compreensão do ambiente em que a organização atua. No setor público, isso envolve analisar demandas sociais, mudanças demográficas, condições econômicas, restrições orçamentárias, capacidade institucional, disponibilidade de pessoal e transformações tecnológicas.

A análise interna identifica forças e limitações. Recursos, competências, infraestrutura, processos e sistemas de informação precisam ser avaliados para determinar o que a organização consegue executar de forma realista.

A estratégia deve definir prioridades claras. A existência de muitos objetivos simultâneos pode dispersar recursos e dificultar acompanhamento. Priorizar significa reconhecer que recursos são limitados e precisam ser direcionados para resultados considerados mais relevantes.

► Desdobramento da estratégia em objetivos e ações

A estratégia precisa ser traduzida em componentes operacionais. Objetivos amplos devem ser desdobrados em metas, responsáveis, recursos e prazos.

Essa tradução reduz a distância entre planejamento e execução. Quando a estratégia permanece em termos genéricos, as equipes podem ter dificuldade para compreender como seu trabalho contribui para os resultados institucionais.

Os principais elementos do desdobramento estratégico incluem:

- **Objetivos:** resultados institucionais que orientam a ação.
- **Metas:** parâmetros específicos que permitem acompanhar o avanço dos objetivos.
- **Indicadores:** medidas utilizadas para observar desempenho e resultados.
- **Responsáveis:** unidades ou gestores encarregados da execução.
- **Recursos:** meios financeiros, humanos, tecnológicos e materiais necessários.

Monitoramento e ajuste estratégico

A estratégia não deve ser tratada como um plano rígido. Mudanças no ambiente podem exigir revisão de prioridades, metas ou mecanismos de execução.

O monitoramento permite identificar desvios e avaliar se os resultados estão sendo alcançados. Indicadores quantitativos e informações qualitativas devem ser utilizados de forma complementar.

Na gestão pública, o acompanhamento também precisa considerar legalidade, equidade, qualidade e impacto social. Um objetivo pode ser formalmente atingido e ainda assim produzir resultados insatisfatórios se não responder adequadamente às necessidades da população.

ALINHAMENTO ENTRE ESTRUTURA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

► Coerência organizacional

O desempenho depende da capacidade de alinhar estrutura, estratégia, pessoas, processos e recursos. Uma estratégia orientada para integração exige mecanismos de coordenação; uma estratégia de descentralização exige unidades com autonomia e capacidade técnica.

Quando há incoerência, surgem gargalos. Estruturas muito centralizadas podem atrasar decisões. Estruturas excessivamente fragmentadas podem gerar duplicidade de atividades. Metas estratégicas sem recursos adequados podem se tornar inexecutáveis.

A análise do alinhamento deve observar se a estrutura facilita ou dificulta a execução dos objetivos definidos.

► Coordenação, comunicação e governança

A coordenação é essencial para conectar unidades que possuem responsabilidades diferentes. Mecanismos de governança ajudam a organizar decisões, definir responsabilidades e estabelecer formas de acompanhamento.

A comunicação também possui papel estratégico. Equipes precisam compreender prioridades, mudanças e responsabilidades. Informações fragmentadas favorecem interpretações divergentes e reduzem a eficiência.

Alguns mecanismos de integração contribuem para o alinhamento:

- **Comitês de coordenação:** articulam decisões que envolvem diferentes áreas.

